

ATA Nº. 21/98

DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 1998.*****

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, no Plenário da Câmara Municipal de Agudo, realizou-se a décima segunda Sessão Plenária Ordinária do ano. Presentes os Vereadores ADRIANA GOLTZ (PDT), ALDO WILHELM (PSDB), ARLINDO CASSEL (PPB), BETO MÜLLER (PPB), LÉO ANNUNCIAÇÃO (PMDB), NAEDY WRASSE (PSDB), NICO STEFENON (PMDB), RENI BOIJINK (PDT) e VILSON DIAS (PPB).*****

Às vinte horas e trinta minutos, após verificar a existência de quorum legal para tal, o Senhor Presidente, vereador LÉO ANNUNCIAÇÃO, declarou instalada a sessão. Em votação, a ata nº. 20/98 foi aprovada por unanimidade de votos. Das correspondências recebidas foram lidas as protocolados sob nrs. 153/98, 154/98, 158/98 e 163/98. Das correspondências expedidas nenhuma foi lida. A seguir, foram apresentados os Projetos de Lei nrs. 19/98-E e 20/98-E, o Projeto de Decreto Legislativo nº. 10/98, as Indicações nrs. 79/98, 80/98, 81/98, 82/98, 83/98, 84/98, 85/98, 86/98 e 87/98, além de dois requerimentos da vereadora NAEDY WRASSE, um solicitando urgência especial para o Projeto de Lei nº. 20/98-E e outro solicitando realização de sessão extraordinária. A seguir, o senhor Presidente anunciou que, naquela sessão, seria lançada a Campanha do Agasalho 98 e, para tanto, convidou a Primeira-Dama do Município, senhora Rita Reetz, e a Secretária Municipal de Educação e Cultura, professora Zeni Terezinha de Menezes Unfer, para compor a Mesa. O espaço da **TRIBUNA LIVRE** foi ocupado pelo senhor Eron Rodrigues e pela senhora Neusa Jordani Drevanz que, pelo Núcleo de Assistência Social, falaram sobre o tema “campanha do agasalho 98”. Após, o senhor Presidente convocou a todos para participar daquela campanha. Após, foi suspensa a sessão para que os convidados se retirasse. Reabertos os trabalhos, passou-se para o espaço do **PEQUENO EXPEDIENTE**: a vereadora NAEDY WRASSE disse que os vereadores estavam orgulhosos pelo fato do lançamento da Campanha do Agasalho 98 ter sido na Câmara Municipal; disse ainda que restavam vagas para alguns cursos no SINE; o vereador NICO STEFENON falou sobre a necessidade de melhorias na estrada que liga Agudo a Ibarama, inclusive colocando cascalho; o vereador RENI BOIJINK cumprimentou os organizadores do Primeiro Mês de Formação e Fomento Agrícola e Pecuário pela etapa realizada sobre apicultura e piscicultura, e convidou para as palestras que tratariam sobre bovinos de leite; disse que o programa RS Empregos ofereceu cursos profissionalizantes para várias pessoas, em várias áreas; o vereador VILSON DIAS disse que a Prefeitura doará entre vinte e cinco e trinta cargas de cascalho ao circo que instalara-se na cidade, além de cargas de maravalha e horas de trabalho de máquinas; disse que ainda não havia ocorrido o pagamento por aqueles serviços, mas apenas da taxa de licença; a vereadora ADRIANA GOLTZ falou sobre a importância da Campanha do Agasalho 98, dizendo que a coleta poderia chegar a lugares isolados; falou sobre o Seminário Estadual “O Poder Feminino”, do qual participaria a Primeira-Dama do Município; o vereador ALDO WILHELM apelou aos arrozeiros para que participassem da reorganização da Associação dos Arrozeiros; apelou os produtores de leite do Município para que participassem de palestra sobre gado leiteiro; o vereador ARLINDO CASSEL falou sobre a necessidade de recuperação da estrada da Linha Bugre Chaleira, de construção de um abrigo na parada de ônibus existente nas proximidades da propriedade do senhor Waldemar Wachholz, na estrada Geral de Linha Boêmia, bem como na esquina da estrada que liga a Linha Nova à Escola Municipal Rolf Pachaly com o acesso à Cascata Raddatz; o vereador BETO MÜLLER disse que o asfaltamento da estrada Rincão do Pinhal – Porto Alves iniciaria

.....

.....

nos dias seguintes, informação obtida quando da inauguração do asfalto da estrada da localidade de Três Vendas; falou também sobre o problema dos orizicultores que tiveram perdas com as enchentes. No espaço do **GRANDE EXPEDIENTE**: o vereador VILSON DIAS convidou as demais autoridades para participarem de movimento que sugeriria a construção de um novo presídio, em outro local; disse que o prédio em uso, que abrigada cinqüenta detentos, já tinha problemas de segurança, trazendo riscos para o futuro, inclusive pelo fato de localizar-se tão próximo da entrada da cidade; o vereador RENI BOIJINK falou sobre a importância de construção padronizada dos abrigos das paradas de ônibus, o que seria realizado pela Secretaria de Obras em breve, com autorização do DAER para o caso das paradas das estradas estaduais; disse que a padronização visaria registrar a identidade do povo agudense; o parlamentar falou sobre a necessidade de tornar a "Volksfest" mais atrativa regionalmente, bem como de incentivar o caráter histórico-cultural do desfile de carros alegóricos. Na **ORDEM DO DIA** tramitavam o Projeto de Lei nº. 17/98-E, um requerimento de urgência especial para o Projeto de Lei nº. 20/98-E e outro solicitando realização de sessão extraordinária, ambos da vereadora NAEDY WRASSE. Em discussão sobre o requerimento de urgência especial para o Projeto de Lei nº. 20/98-E, nenhum vereador manifestou-se; em votação, o requerimento de urgência especial para o Projeto de Lei nº. 20/98-E foi aprovado por unanimidade de votos. Em discussão sobre o requerimento de sessão extraordinária, nenhum vereador manifestou-se; em votação, o requerimento de sessão extraordinária foi aprovado por unanimidade de votos. Em Discussão Geral sobre o Projeto de Lei nº. 17/98-E, que "Altera redação do artigo 19 da Lei Municipal nº. 735/90 e dá outras providências": o vereador ALDO WILHELM disse que a assessoria jurídica ao Executivo era imprescindível, dadas as leis de Licitações e de Improbidade Administrativa; disse que o assessor jurídico era co-responsável pelos atos do Município, juntamente com o Prefeito, o que justificava a equiparação de seus vencimentos aos de secretário municipal; disse o parlamentar que ambas as comissões permanentes aprovaram, unanimemente, a matéria; o vereador ARLINDO CASSEL disse que a matéria era inoportuna, já que oferecia aumento de quarenta por cento para uma pessoa enquanto o Executivo oferecia apenas oito por cento de reajuste, em outro projeto, para as demais, o que não considerava justo; o vereador RENI BOIJINK disse que a matéria tratava de um novo enquadramento do cargo de assessor jurídica, equiparando-o ao de secretário do Município, e não de um aumento de vencimentos, que seria uma consequência; disse que todos os vereadores da Comissão de Finanças, Orçamento, Mérito e Serviços Públicos aprovaram parecer que reconhecia as novas atribuições da assessoria jurídica, dada a maior severidade da nova legislação; a vereadora ADRIANA GOLTZ lembrou que a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aprovara a matéria, já que um advogado concursado perceberia vencimentos iguais aos de secretário municipal e, portanto, o cargo assessor jurídico deveria ter o mesmo tratamento; disse o parlamentar que Agudo, sendo um dos maiores municípios da região, pagava o menor salário da região para seu assessor jurídico; disse que a Câmara Municipal sentia falta de um assessor jurídico e que, no Executivo, sua necessidade era ainda maior, especialmente porque o Prefeito não era um profissional da área jurídica; disse ainda que as atribuições da assessoria jurídica aumentaram desde sua criação, justificando assim a mudança de seu enquadramento; o vereador BETO MÜLLER disse que não poderia aprovar a matéria, pois os secretários municipais cumpriam jornada de trabalho integral, o que não

.....

ocorria com o assessor jurídico; disse que a comparação com o Município de Paraíso do Sul era deselegante e que os municípios daquele Município não concordavam com os vencimentos do assessor jurídico de lá; disse que as leis levantadas para justificar a modificação do padrão de vencimentos da assessoria jurídica já estavam em vigor desde a administração anterior e que o Tribunal de Contas do Estado não propusera a rejeição das contas do Prefeitos da época; disse que as dificuldades financeiras não permitiam a aprovação da matéria, apesar dos grandes recursos financeiros que o Município recebia e que eram devido ao período eleitoral; disse que o Município não poderia reajustar os vencimentos de um servidor em quarenta por cento, enquanto os demais servidores perceberiam apenas o reajuste do salário mínimo; o vereador VILSON DIAS disse que sua posição na comissão permanente não o obrigava posicionar-se da mesma forma em Plenário; disse que a Administração Municipal sacrificara o profissional da assessoria jurídica durante mais de um ano, e apenas então tal proposição fora apresentada; disse que a maior discussão sobre a matéria permitiu verificar que nem todo o primeiro escalão do Executivo era favorável à mesma, e que seria injusto aprovará-la frente à aprovação do reajuste dos demais servidores, embora reconhecesse a capacidade do profissional que trabalhava na assessoria jurídica; em votação, o Projeto de Lei nº. 17/98-E foi rejeitado por cinco votos contrários e quatro votos favoráveis, com o Voto de Minerva do senhor Presidente. A seguir, passou-se para a **PAUTA**, onde tramitavam os Projetos de Lei nrs. 19/98-E e 20/98-E, além do Projeto de Decreto Legislativo nº. 10/98: o vereador RENI BOIJINK disse que o reajuste proposto pelo Executivo nos vencimentos dos servidores tinha a concordância destes; disse que o Executivo procurara verificar a viabilidade do reajuste proposto antes de enviar a matéria à Câmara e que a mesma não fora proposta tardivamente; a vereadora ADRIANA GOLTZ disse que o convênio com a Associação Hospital Agudo visava apoiar a prestação de serviços por parte daquele hospital, para o que seria necessária prestação mensal de contas e estudo da mesma pelo Conselho Municipal de Saúde. O senhor Presidente disse que discutira com o Executivo a proposta de reajuste dos vencimentos dos servidores, propondo valorização dos mesmos; disse que o avanço da informática na Câmara Municipal possibilitava que os vereadores se aperfeiçoassem, o que tornava desnecessário um assessor jurídico na Casa. No espaço das **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: o vereador VILSON DIAS disse que o Executivo demorara para propor o reajuste nos vencimentos servidores, pedindo explicação pela demora ao vereador RENI BOIJINK; a vereadora NAEDY WRASSE disse que viagem do Prefeito a Brasília adiara a definição do percentual de reajuste de vencimentos; disse que o assessor jurídico da administração anterior deixara falhas que a atual assessoria jurídica procurava resolver e questionou se não houveram questões pessoais a interferir na votação do projeto de reclassificação da assessoria jurídica; o vereador RENI BOIJINK disse que a demora para apresentação do projeto de reajuste do valor do padrão referencial foi corrigida a tempo pela atuação da líder de governo, tendo a Câmara aprovado sessão extraordinária para votar a matéria em tempo hábil para processamento da folha de pagamento; o vereador BETO MÜLLER falou sobre a necessidade de reposição de tubos na propriedade dos irmãos Zimmer; disse que o Prefeito comprometera-se a estudar proposta de reajuste nos vencimentos do servidores sem mencionar viagem a Brasília ou reunião de secretários sobre o assunto; disse o parlamentar que não traria questões pessoais para a Câmara Municipal, lembrando que votara contra projeto que beneficiaria um

ATA Nº. 21/98

4

.....

familiar seu; a vereadora ADRIANA GOLTZ disse que o Executivo teve coragem ao apresentar o projeto de reclassificação do cargo de assessor jurídico, considerando que tinha minoria na Câmara; disse que pessoas do Governo contrárias àquela matéria não representavam a sua totalidade e que colocações a respeito de "limpeza" na Prefeitura diziam respeito a pessoas e momentos específicos, e não a todos os servidores. Após, o senhor Presidente convocou os vereadores para a sessão extraordinária que realizar-se-ia no dia seguinte, às oito horas, a requerimento da vereadora NAEDY WRASSE, bem como para a sessão ordinária seguinte. Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual é lavrada a presente ata que, após votada, vai assinada por quem de direito. SALA DAS SESSÕES, AOS 18 DE MAIO DE 1998.A.S.*****